

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº 26/2019
Processo nº 23205.001756/2019-93**

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas**, neste instrumento e demais anexos do Edital:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND DE MEDIDA	QTD ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	560-6	CAMPUS CERRO LARGO E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL - Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento	cjto	12	R\$ 3.274,92	R\$ 39.299,15

		estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.				
2	560-6	<p>CAMPUS CHAPECÓ E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL - Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.</p>	cjto	12	R\$ 4.743,94	R\$ 56.927,37
3	560-6	<p>CAMPUS REALEZA E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL - Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Grupos Geradores, Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.</p>	cjto	12	R\$ 5.030,92	R\$ 60.371,11
	560-6	<p>CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções</p>				

4	preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL – Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.	cjto	12	R\$ 3.162,77	R\$ 37.953,31
TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO					R\$ 194.550,94

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.6.1. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Encarte E deste desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (**ENCARTE E**), abrange a prestação do serviço de **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e**

elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Laranjeiras do Sul/PR, e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas.

3.2. O detalhamento da solução foi elaborado pela unidade requisitante e deve ser verificado na íntegra nos **ENCARTES E e M** deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000; no Decreto nº 10.024/2019; na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme informado pelo requisitante do objeto os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Garantia:

5.1.1.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

5.1.1.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

5.1.1.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais ou serviços que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

5.1.1.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.1.2. O presente serviço é caracterizado como continuado e sem dedicação de mão de obra exclusiva.

5.1.3. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.1.3.1. Da adoção de Critérios de Sustentabilidade, **no que couber**, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

- 5.1.3.1.1.** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
 - 5.1.3.1.2.** Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - 5.1.3.1.3.** Uso de produtos de limpeza e conservação que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
 - 5.1.3.1.4.** Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
 - 5.1.3.1.5.** Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
 - 5.1.3.1.6.** Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - 5.1.3.1.7.** Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - 5.1.3.1.8.** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
 - 5.1.3.1.9.** Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
 - 5.1.3.1.10.** Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada;
 - 5.1.3.1.11.** O serviço deve manter o equipamento operando com o padrão de eficiência alto, dentro do nível referente ao selo PROCEL ao qual foi adquirido.
 - 5.1.3.1.12.** Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata, no que couber.
- 5.1.3.2.** Os critérios de sustentabilidade foram analisados segundo SLTI/MPOG n. 01/2010 e o licitante deverá observar as diretrizes de carácter ambiental e de destinação de resíduos constante nas obrigações da contratada.

5.1.3.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.3.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

5.1.4. O detalhamento da prestação do serviço consta no **item 7** deste Termo de Referência, bem como nos **ENCARTES E e M** deste Termo de Referência.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento escrito em papel timbrado expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. É vedada a realização de vistoria para a licitação por um mesmo representante para diferentes licitantes, da mesma forma que a visita não será realizada de forma coletiva.

6.2.3. A vistoria será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela contratante e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos seguintes telefones:

6.2.3.1. Para o **Campus Chapecó/SC (49)2049 3118 ou (49)2049 3110;**

6.2.3.2. Para o **Campus Cerro Largo/RS (55)3359 3990 ou (55)3359 3953;**

6.2.3.3. Para o **Campus Laranjeiras do Sul/PR (42) 3635 0011 ou (42) 3635 0081;**

6.2.3.4. Para o **Campus Realeza/PR (46)3543 8324 ou (46)3543 8308.**

6.2.4. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria.

6.2.5. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria.

6.2.6. Ainda que a vistoria para a presente licitação seja considerada **facultativa**, é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto as condições do local onde serão realizados os serviços, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões.

6.2.7. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência sua fase de licitação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária do Edital e seus anexos, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

6.2.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Edital e seus anexos ora fornecido deverão ser, **antecipadamente**, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

6.3. Por ocasião da vistoria, poderá o licitante, ou seu responsável legal, solicitar a retirada do edital e seus anexos de forma digital, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD, DVD, Pen drive, etc).

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. Na habilitação o licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **OU** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. As declarações constantes neste item devem seguir modelo ofertado no “**Encarte D**” deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser executados, conforme definido pelo requisitante do objeto e discriminado abaixo:

7.2. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

7.2.1. Campus Chapecó: Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP: 89815-899, Chapecó-SC;

7.2.2. Campus Cerro Largo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, São Pedro, CEP: 97.900-000, Cerro Largo/RS;

7.2.3. Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, Km 405, CEP: 85.301-970, Laranjeiras do Sul-PR;

7.2.4. Campus Realeza: Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Rodovia BR 182, Km 466, CEP: 85.770-000, Realeza/PR.

7.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

7.4. De acordo com o requisitante, os serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser caracterizados como serviços planejados ou serviços emergenciais. Podendo ser considerados como emergência, situações que se configurem em falta de segurança para usuários ou para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos. Será concedida a preferência para a execução dos serviços planejados, conforme detalhamento nos itens abaixo:

7.5. Serviços Emergenciais

7.5.1. Todo serviço emergencial deverá ter ordem de serviço (**ENCARTE B**) emitida por um dos fiscais do contrato e deve ser assinado pela CONTRATADA no momento do atendimento, tendo como custo inicial o preço de deslocamento pago em contrato. A planilha de formação de preço a ser utilizada para pagamento dos serviços emergenciais deve seguir “Os critérios para elaboração da planilha” – item 7.7.2.2. deste Termo de Referência – devendo contabilizar o número de pessoas e o total de horas dos profissionais utilizados para a realização do serviço, na data do chamado, e o material

empregado no conserto/adequação, cujo preço deve ser definido junto ao fiscal anteriormente a execução. O pagamento dos serviços deverá ocorrer da mesma forma que os serviços planejados.

7.6. Serviços Planejados

7.6.1. Para os serviços planejados os valores mínimos para aprovação da execução será respectivamente:

7.6.1.1. Elétrica predial: R\$ 800,00 – valor inclui entrega de materiais no *campus* que sejam diversos ao serviço do chamado, porém que se enquadrem como de elétrica predial;

7.6.1.2. Redes elétricas: R\$ 1.000,00;

7.6.1.3. Redes lógicas: R\$ 1.000,00;

7.6.2. Considera-se que as atividades devam atender ao programa de manutenção elaborado pela contratada e aprovado pelo gestor do contrato; valores menores poderão ser executados desde que aceitos formalmente pela contratada.

7.7. Todo serviço planejado deve obedecer as etapas a seguir:

7.7.1. ETAPA 1 – Vistoria: Em data previamente agendada, um dos fiscais do contrato e o preposto da CONTRATADA deverão realizar uma vistoria no *campus* ou nas unidades para identificar os locais e serviços onde serão realizadas as manutenções preventivas e corretivas. A CONTRATADA deverá fazer registro fotográfico dos locais indicados e encaminhar as fotos para o fiscal do contrato na mesma data da vistoria. Para definição dos serviços também devem ser consideradas as reclamações do sistema de chamados da UFFS, as notificações de órgãos como prefeituras e bombeiros, além dos manuais de uso, operação e manutenção das edificações. O fiscal deverá elaborar um relatório de vistoria - conforme modelo constante no ENCARTE C deste Termo de Referência - onde conste a descrição dos problemas encontrados, edificação e local da edificação. O fiscal deve levar em conta o programa de manutenção aprovado para incluir testes e verificações no relatório de serviços, além das manutenções necessárias (corretivas e/ou preventivas). A contratada deve ter acesso ao relatório para que possa orçar os serviços antes do início da segunda etapa.

7.7.2. ETAPA 2 – Projeto executivo: O fiscal técnico, após análise da proposta da contratada, deverá elaborar planilha de medição dos serviços – conforme modelo constante no ENCARTE F deste Termo de Referência – a organização do relatório de vistoria. Esta planilha de medição será considerada como projeto executivo. Caso os serviços resultem em alteração dos projetos aprovados na prefeitura ou bombeiros, uma nova planta deverá ser confeccionada pelo fiscal que encaminhará o documento para a Secretaria de Obras. Caso seja necessário utilizar materiais diferentes dos empregados nas obras, o fiscal deverá encaminhar a descrição ou catálogo para que o gestor do contrato aprove o uso. Demandas posteriores: devem conter relatório de vistoria e planilha em separado, podendo ser pago na mesma medição desde que aprovado pelo gestor do contrato e feito empenho adicional para o serviço.

7.7.2.2. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA – ENCARTE F:

a) Os serviços serão orçados através de planilhas SINAPI (RS/SC/PR), com data-base no mês da apresentação da proposta ou da renovação do contrato.

b) Preferencialmente a planilha de elaboração dos serviços deverá seguir o modelo da SEO - **ENCARTE F**.

c) Cada medição deve considerar etapas de mobilização, execução dos serviços, destinação de resíduos e limpeza. A **administração local** deverá contar sempre com serviços de encarregado geral e observar o **limite 7,45%** adotado pelo Acórdão 2622/2013 do TCU para custos de administração local.

d) Confeção de documentos técnicos, tais como laudos realizados em escritório serão pagos com 3 horas de serviço do engenheiro, além das horas utilizadas nos serviços de medição/aferição do local demandado por chamado.

e) Na elaboração da planilha de composições de preços sempre será considerado o preço de referência acrescidos do BDI contratado e aplicado o desconto dado pela empresa.

f) Em casos de fornecimento de material, previsto no projeto básico, este deverá ser pago junto aos serviços planejados, incidindo BDI diferenciado para estes itens.

g) Caso o serviço, peça de substituição ou equipamento não faça parte da lista de materiais (insumos) do SINAPI será considerado o preço apurado por meio da utilização outra tabela de referência de órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, conforme dec. 7.983/2013 ou preço médio obtido de pesquisa de mercado com 3 orçamentos conforme IN03/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar a nota fiscal como fonte de preço.

h) A execução dos serviços em que é necessário quantificar etapas intermediárias, como por exemplo a manutenção de equipamentos que necessitam de verificação prévia, deve ser dividida em um conjunto de atividades para que se possa efetuar o pagamento conforme a execução de cada etapa.

i) Serviços terão valor de deslocamento pago, correspondente ao tempo máximo da planilha definida no memorial descritivo anexo a este documento que representam:

	Chapecó/ SC - Reitoria	Chapecó/ SC - Campus	Laranjeiras do Sul/PR	Realeza/ PR	Erechim/ RS	Passo Fundo/ RS	Cerro Largo/RS
Cidade mais próxima onde acredita-se haver empresas especializadas	Chapecó/ SC	Chapecó/ SC	Guarapuava/ PR	Francisco Beltrão/PR	Erechim/ RS	Passo Fundo/ RS	Santa Rosa/ Santo Ângelo/RS
Tempo máximo pago por deslocamento diário (ida e volta)	1 hora	1:20 hora	3:20 horas	2:15 horas	1 hora	1 hora	2 horas

OBS.: As informações contidas no quadro acima contemplam todos os campi da UFFS, porém para este certame deve-se observar os campi de Cerro Largo, Realeza, Laranjeiras do Sul, Chapecó e Reitoria.

7.7.3. ETAPA 3 – Autorização do gestor: O fiscal do contrato deverá encaminhar a planilha de medição e o relatório de vistoria para o Gestor do Contrato, na Secretaria de Obras para que seja autorizado o serviço através da realização do empenho do valor. Ao preposto da contratada deverá ser entregue uma cópia do relatório da vistoria para que possa elaborar o cronograma das atividades de manutenção, que deve ser devolvido ao fiscal do contrato para aprovação.

7.7.4. ETAPA 4 – De acordo: O fiscal deverá encaminhar para a empresa a planilha elaborada em PDF por e-mail ou apresentá-la por via física presencialmente. A CONTRATADA deverá indicar medidas de segurança, materiais e serviços faltantes no prazo de até 5 dias ou estar de acordo com o orçamento sob pena de notificação por atraso. Considera-se de acordo, o envio do orçamento rubricado pelo preposto ou representante da contratada, com a expressão “de acordo” junto ao valor total.

7.7.5. ETAPA 5 – Empenho e liberação para serviço: O gestor do contrato encaminhará o empenho ao fiscal para autorizar a execução dos serviços pela CONTRATADA, mediante fixação de prazos para execução dos serviços em cronograma físico – conforme modelo constante no ENCARTE G deste Termo de Referência. A execução dos serviços deve ser previamente agendada com o fiscal para que o mesmo possa acompanhá-los e também organizar a liberação dos espaços onde os trabalhos serão realizados. A entrega dos serviços pode ser dividida em períodos de medições intermediárias não inferiores a 30 dias.

7.7.6. ETAPA 6 – Execução: A empresa deverá apresentar-se ao fiscal, com empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e quando necessário os equipamentos de proteção coletiva – EPC. A CONTRATADA deverá elaborar o Diário de Obras, através do engenheiro preposto responsável, para acompanhamento de serviços com durações superiores a 3 dias, quando os serviços tiverem cronograma com medições intermediárias, incluindo diariamente as informações sobre a evolução dos serviços, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. O fiscal acompanhará a execução dos serviços e deverá elaborar relatório fotográfico para cada item do relatório de vistoria. Caso seja constatado o uso de material similar de preço inferior ao descrito no orçamento, mesmo admitido pelo fiscal, o pagamento deverá considerar o preço real do material aplicado.

7.7.7. ETAPA 7 – Pagamento: Após o término dos serviços a CONTRATADA solicitará ao fiscal a entrega provisória que ocorrerá somente após verificação e aceite. A fiscalização deverá realizar vistoria e encaminhar relatório ao gestor do contrato – conforme modelo constante no ENCARTE H deste Termo de Referência. A equipe de fiscalização setorial também deverá elaborar relatório circunstanciado a cerca da situação contratual e habilitação da contratada - conforme modelo constante no ENCARTE I deste Termo de Referência – para dar base ao termo de recebimento

definitivo dos serviços que será emitido pelo gestor do contrato e posteriormente autorizar a emissão da Nota Fiscal.

7.7.7.1. Lista de documentação para pagamento:

- a) Planilha de medição dos serviços assinada;
- b) Relatório técnico e fotográfico dos serviços / relatório circunstanciado da fiscalização setorial;
- c) Certidões negativas da empresa ou certidão do SICAF emitida por servidor público da UFFS;
- d) Nota fiscal atestada pelo gestor.

7.7.7.2. Atendendo ao manual de compras e a legislação que a precede, as atividades citadas em cada etapa não serão realizadas pelo mesmo servidor para efetivar a segregação de funções que visa atender ao princípio básico do controle interno, especialmente em funções ou atividades-chave de: autorização, assessoria, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria. Por exemplo neste contrato, a elaboração de orçamento *versus* aprovação e empenho de valores; a elaboração de relatórios circunstanciados e de fiscalização *versus* encaminhamento de notas para pagamento._

7.8. ESCOPO DAS ATIVIDADES PARA CADA OBJETO

O escopo das atividades para cada objeto apresentadas abaixo serão as mesmas para todos os *campi*:

7.8.1. MANUTENÇÃO DE REDES ELÉTRICAS E SEUS EQUIPAMENTOS:

7.8.1.1. A contratada deverá realizar vistoria nas instalações, acompanhada da fiscalização do contrato e apresentar o programa de manutenção baseado neste planejamento que deve ser autorizado pelo gestor do contrato. Esta vistoria e o programa de manutenção devem ser pagos mediante a contabilização das horas necessárias, e dos profissionais envolvidos, para a execução dos serviços (horas de eletrotécnico e engenheiro definidos na proposta), aferidos pelo fiscal do contrato acrescidos dos custos de BDI e da emissão de anotação de responsabilidade específica. De preferência as manutenções preventivas e testes devem ser realizados de forma conjunta, objetivando economia, garantindo a segurança das instalações e atendimento a órgãos fiscalizadores. Equipamentos e sistemas específicos devem ter manutenções previstas em separado ou citadas objetivamente. Observação: Considera-se que as rotinas de verificação e conservação são realizadas pelos terceirizados de cada *campus*, no que couber, se tratando de baixa tensão;

7.8.1.1.1.EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E SUAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO:

Documento anexo:

- a) Memorial descritivo e diretrizes de manutenção para cada *campus*;
- b) RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 669/ 2015 – ANEEL – que regulamenta os requisitos mínimos de manutenção e o monitoramento da manutenção de instalações de transmissão de rede básica em seu anexo: requisitos mínimos, manutenção preditiva, transformadores, reatores de potência,

banco de capacitores, disjuntores, chaves seccionadoras, transformadores para instrumento e para-raios, linhas de transmissão e resumo das periodicidades de atividades.

c) Serão tratados como instruções auxiliares as recomendações do manual de manutenção elétrica industrial – SENAI, disponível em: SENAI SC: manutenção elétrica industrial. Itajaí: SENAI/SC, 2007. 230p.

7.8.1.1.1.1. Relação geral de ensaios para componentes elétricos:

a) Ensaio da resistência de isolamento (Pode-se aplicar o ensaio de resistência de isolamento em componentes como cabos elétricos, disjuntores, chaves seccionadoras, painéis elétricos, transformadores e motores elétricos).

b) Ensaio para medição dos índices de absorção e polarização.

c) Ensaio de corrente de fuga ou teste de tensão aplicada.

d) Ensaio da resistência ôhmica (entre os contatos de entrada e saída dos disjuntores ou entre os contatos fixos e móveis das chaves seccionadoras ou resistência dos enrolamentos de transformadores).

e) Ensaio do fator de potência ou perdas dielétricas.

f) Ensaio da relação de transformação.

g) Análise físico-química do óleo isolante.

h) Análise de gases dissolvidos no óleo isolante ou cromatografia.

i) Inspeção termográfica (trata-se de um método não destrutivo e sem contato para medição da temperatura de superfície de equipamentos, para quadros elétricos por exemplo).

j) Inspeção por ultrassom (pode ser aplicada em transformadores, painéis elétricos, motores, geradores, cabos, terminações, isoladores, barramentos, relés, disjuntores, e qualquer outro equipamento elétrico que não se deseja descargas elétricas, efeito Corona e correntes de fuga).

7.8.2.MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL – INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE:

7.8.2.1. Quadros de comando, Fusíveis, Cabos, Disjuntores, Reatores, Luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves facas, Chaves fusíveis, Elos fusíveis, Muflas, Pontos Elétricos simples ou trifásicos para, por exemplo: ar-condicionado, impressoras, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel computadores, no-breaks, etc.

7.8.2.2. Grupos Geradores, Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros Sistemas prediais relacionados.

7.8.2.3. Conexão, desconexão e relocação de circuitos de média e baixa tensão novos ou existentes;

7.8.2.4. Balanceamento de cargas nas fases dos circuitos elétricos;

7.8.2.5. Medição da resistência de aterramento de edificações com emissão de laudo.

7.8.3. MANUTENÇÃO DE ELÉTRICA PREDIAL – ROTINAS:

7.8.3.1. Substituição de lâmpadas, reatores, fotocélulas, reparo ou troca de luminária;

- 7.8.3.2.** Teste de funcionamento, limpeza, reparo, reaperto de conexões, medição de vibrações;
- 7.8.3.3.** Relocação de circuitos para distribuir cargas entre as fases e atualização do diagrama unifilar;
- 7.8.3.4.** Manutenção dos sistemas de iluminação de emergência e detecção e alarme de incêndio;
- 7.8.3.5.** Manutenção preventiva em edificações – quadros de distribuição de energia, medidores, bancos automáticos de capacitores, quadros de comando de motores e similares;
- 7.8.3.6.** Medição de corrente, verificação de bombas e motores de exaustão e do sistema de combate a incêndio, disjuntores, contadoras e relés de todos os prédios;
- 7.8.3.7.** Manutenção preventiva dos quadros de distribuição, iluminação de emergência, no-breaks e demais componentes do sistema elétrico predial;
- 7.8.3.8.** Reparo e ajuste das proteções como fusíveis, disjuntores, contadoras, relés e demais componentes;
- 7.8.3.9.** Inspeções termográficas; medição da malha de aterramento e continuidade do SPDA em edificações com emissão laudo com ART;
- 7.8.3.10.** Reestabelecimento de energia;
- 7.8.3.11.** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas grupos geradores;

7.8.4. MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE LÓGICA:

- 7.8.4.1.** Mão de obra especializada em manutenções preventivas e corretivas de redes lógicas óptica e cabeamento estruturado de dados e voz, conforme especificações técnicas constantes nas Normas Técnicas Brasileiras da ABNT, nas Normas Internacionais, CREA, e pelos fabricantes. Internas e externas às edificações;
- 7.8.4.2.** Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento conforme prescrições da norma EIA/TIA 568B e boletins associados;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1.** A medição dos serviços será feita pelo fiscal com a verificação da realização de cada serviço, onde serão observados a boa técnica e também os padrões de qualidade dos materiais empregados/substituídos, devendo possuir qualidade igual ou superior ao previamente instalado.
- 8.2.** Considera-se que as instalações/sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas técnicas e de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 9.2.** Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão

oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

9.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. O quantitativo foi estimado pelos requisitantes dos serviços, foram avaliados os projetos e manuais de uso, operação e manutenção além do histórico de ocorrências dos contratos anteriores e vistorias realizadas nos prédios.

10.3. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

10.4. Conforme solicitado pelo requisitante do objeto, o licitante deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido.

10.5. Os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto** sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a **incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A e ENCARTE A.1).**

10.6. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o contido neste Termo de Referência, bem como nos **ENCARTES E e M** deste Termo de Referência.

10.7. Os serviços objeto deste processo licitatório deverão ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido conforme indicado pelo requisitante no item 7 deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10.** Arquivar, entre outros documentos projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.7.1. Da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e previsão em orçamentos analíticos, os serviços demandarão a contratação das categorias profissionais a seguir:

1. AUXILIAR DE ELETRICISTA – código CBO 7156-15

2. ELETRICISTA – código CBO 9511-05

3. ELETROTÉCNICO – código CBO 3131-05

4. ENGENHEIRO ELETRICISTA de manutenção – código CBO 2143-15.

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepos- tos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo execu- tada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de tercei- ros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for ne- cessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Refe- rência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprin- do as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas me- lhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.24. Além das obrigações previstas acima, a CONTRATADA, deverá obedecer as obrigações previstas pelo requisitante do objeto, conforme descrito abaixo:

12.24.1. A contratada compromete-se em abster-se de praticar quaisquer dos atos descritos no artigo 5º da Lei 12.846/2016, tais como oferecimento de vantagem indevida, utilizar-se de interposto para ocultar interesses ou beneficiários, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório ou contrato dela decorrente (lei anticorrupção), bem como quaisquer outros que eventualmente possam ser entendidos como lesivos à administração pública.

12.24.2. A execução dos serviços deve ser realizada sob Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado, no valor da contratação vigente ou valor de empenho realizado.

12.24.3. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.24.4. Nomear preposto para representá-la durante a vigência do contrato, realizar reunião com a equipe de fiscalização da UFFS para alinhamento de expectativas contratuais antes do início dos serviços.

12.24.5. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, incluindo aceitar orçamentos e pactuação de datas em cronograma;

12.24.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.24.7. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.24.8. A contratada deverá atender chamados de emergência, no prazo de 4 (quatro) horas, para solução de problemas que se configurem em falta de segurança para usuários ou ainda para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos e também às atividades acadêmicas e administrativas.

12.24.9. Caso a Contratada não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a Contratante autorizada a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a Contratante, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações do elevador.

12.24.10. A execução dos serviços deve ser realizada em observância às Normas do Ministério do Trabalho, às Normas Técnicas da ABNT e às Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros Militar de

cada estado, em conformidade com práticas de projeto, construção e manutenção ou ainda nas demais *normas descritas nos estudos preliminares (ENCARTE E)* desta contratação.

12.24.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

12.24.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.24.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.24.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.24.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.24.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.24.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.24.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.24.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

12.24.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.24.22. A Contratada deve realizar o transporte, montagem, instalação e testes dos componentes/peças fornecidos, conforme as recomendações dos seus respectivos fabricantes.

12.24.23. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.24.24. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.24.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

12.24.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.24.27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.24.28. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.24.29. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.24.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.24.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.24.32. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.24.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.24.34. Comunicar por escrito ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.24.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.24.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.24.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.24.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.24.39. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.24.40. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.24.41. Das condições ambientais:

12.24.41.1. A Contratada deve responsabilizar-se pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer componentes/peças usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, SOB AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

12.24.41.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.24.41.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.24.41.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.24.41.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

12.24.41.3.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

12.24.41.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.24.41.5. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.24.41.6. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.24.41.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a)** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- b)** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c)** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d)** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.24.41.7.1. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.24.41.7.2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.24.41.8. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.24.41.8.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.24.41.9. Entende-se que o horário dos serviços que causem ruídos somente possam ser trocados por determinação da fiscalização em função do comprometimento das atividades didáticas, no entanto este risco deve ser considerado no planejamento da contratação para adequação do cronograma. A área do *campus* não é residencial portanto a emissão de ruídos só fica restrita para casos de serviços realizados em prédios alugados na área urbana: Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.24.41.10. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.24.41.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. De acordo com o requisitante do objeto **não será permitida a subcontratação do objeto principal da licitação**, porém, **será permitida a subcontratação de serviços intermediários do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato para atendimento de serviços como por exemplo, manutenção de fibras ópticas, locação de caminhão pipa para lavagem de subestações de acesso restrito, testes realizados em laboratórios ou empresas de assistência autorizada**, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto Encarte E – Estudos Preli-

minares, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1. Todas as rotinas previstas no item 7 deste Termo de Referência, bem como nos demais encartes e anexos ao Edital.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.2. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.3.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato; (modelo em anexo a este termo de referência)

16.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice oficial: tabela SINAPI/IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Considerando que o objeto trata de serviço de caráter continuado, mas sem dedicação de mão de obra exclusiva, e tendo em vista a forma de execução explicitada nos estudos preliminares a administração optou por não exigir garantia para execução do presente objeto.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguem seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, conforme solicitação do requisitante do objeto, serão:

21.3.1. Conforme requisitante do objeto, folha nº23 do processo: *“Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. A empresa poderá comprovar tal qualificação, caso o contrato social deixe dúvida sobre a atuação da empresa, através de um dos seguintes requisitos:*

- a) Atestados ou declarações de desempenho compatíveis com o objeto pretendido;*
- b) Notas fiscais de prestação de serviços compatíveis com o objeto pretendido;*
- c) Cadastro do código CNAE da atividade descrita no objeto desta licitação;”*

21.3.2. De acordo com requisitante do objeto, o licitante deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280

Km do *campus* pretendido, **sendo que para comprovação de qualificação operacional o licitante deverá apresentar juntamente com a proposta a Declaração de Capacidade Operacional, conforme Encarte J do Termo de Referência.**

21.4. Os serviços objeto deste processo licitatório deverão ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido conforme indicado pelo requisitante no item 7 do Termo de Referência.

21.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5.1. Valor Total Máximo a ser aceito: **R\$ 194.550,94 (Cento e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).**

21.5.2. Valores unitários: conforme planilhas de composição de preços anexas ao edital.

21.6. O Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração**, considerando a incidência linear do desconto ofertado **em todos os itens da planilha de formação de preços.**

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor total máximo, sendo **R\$ 194.550,94 (Cento e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).**

22.2. Por se tratar de republicação de processo administrativo, os valores para a contratação foram atualizados pelo setor requisitante do objeto conforme constam as folhas nº 952 à 966.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, conforme indicado pela Diretoria de Orçamento na folha nº 237 do processo e ratificada na folha nº 968, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0040

PTRES: 108980

Natureza da Despesa: 339039

Fonte: 8100000000

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Este Termo de Referência foi elaborado com as informações repassadas pelo requisitante do objeto no através do protocolo da solicitação nº 1689/2019 e demais documentos constantes no processo.

24.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

24.2.1. ENCARTE A – Modelo de Carta Proposta;

24.2.1. ENCARTE A.1 – Planilha de Proposta;

24.2.2. ENCARTE B – Modelo de Ordem de Serviço e Chamado de Emergência;

24.2.3. ENCARTE C – Modelo de Relatório de Vistoria - Execução;

- 24.2.4. ENCARTE D** – Modelo de Atestado de Vistoria **OU** Efetivo Conhecimento Para a Licitação ;
- 24.2.5. ENCARTE E** – Estudos Preliminares e Mapa de Riscos (disponibilizados pelo requisitante do objeto);
- 24.2.6. ENCARTE F** – Modelo de Planilha de Medição dos Serviços;
- 24.2.7. ENCARTE G** – Modelo de Cronograma;
- 24.2.8. ENCARTE H** – Modelo de Relatório Técnico;
- 24.2.9. ENCARTE I** – Modelo de Relatório Circunstanciado – Fiscalização Setorial;
- 24.2.10. ENCARTE J** - Modelo de Declaração - Capacidade Operacional;
- 24.2.11. ENCARTE K** – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;
- 24.2.12. ENCARTE L** - Modelo de Termo de Encerramento de Contrato.
- 24.2.13. ENCARTE M** – Memoriais Descritivos.

Chapecó/SC, 29 de Janeiro de 2020.

FRANCIELI ANZILIERO
Chefe do Departamento de Licitações

Eu **RAFAEL SANTIN SCHEFFER**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas em exercício, conforme disposto no § 5º do Art. 8º da Lei 12.462/2011, **APROVO** o presente Termo de Referência, e por consequência o Projeto Básico, que tem como objeto a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas**, conforme as especificações e dados técnicos constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 29 de Janeiro de 2020.

RAFAEL SANTIN SCHEFFER
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/
Ordenador de Despesas

ENCARTE A

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(*timbre da empresa*)

OBS.: Para elaboração da proposta os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A e ENCARTE A.1).

CARTA PROPOSTA

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

PE Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

OBJETO: Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Laranjeiras do Sul/PR, e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus Anexos.

A (*Razão Social da Empresa*) _____, com sede (*Endereço Completo*) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por (*Representante legal da Empresa*) _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a prestação dos serviços, vem por meio desta apresentar a proposta no valor total de R\$ _____ - (*Valor Expresso em Reais*) da referida Licitação.

Outrossim declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços.
 - b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus Anexos.
 - c) Os serviços serão executados conforme condições e prazos fixados no Edital e seus anexos.
 - d) Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de todos os serviços.
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de **120 (cento e vinte)** dias.
 - f) Os equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- Até que o Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

_____, de _____, de 2019.

(Nome completo e CPF do Responsável Técnico da Empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
"Superintendência de Compras e Licitações"

ENCARTE B
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
PE Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

Ordem de Serviço nº XXX/SEO/UFS/xxxxxx

DATA.

À
EMPRESA
CNPJ nº 000000000000000000
LOCAL

1. Informamos que a partir de XXXXXXXXXXXX começa a vigorar o prazo de vigência contratual para fornecimento de XXXXXXXXXXXXXXXX (empreitada por XXXXXXXXXXXX – tipo XXXXXXXXX), destinados à execução completa dos **serviços de xxxxx, do Campus xxxxxxxxxxxx** da Universidade Federal da Fronteira Sul, a ser fornecido conforme especificações e demais elementos constantes no Termo de Referência do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX, *Pregão XXXXXXXXXXXXXXXX e Contrato nº XXXXXXXXXXXX*.
2. Serve a presente como AUTORIZAÇÃO para início dos serviços.
3. Obs.: Prazo de execução será definido em cronograma entre fiscalização e contratada.

Atenciosamente,

NOME

Universidade Federal da Fronteira Sul

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.ufes.edu.br

CHAMADO DE EMERGÊNCIA – MODELO

NÚMERO DO CONTRATO: _____

CONTRATADA: _____

DATA: / /

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO REALIZADO PELA CONTRATADA (FISCAL):

NOME/ cargo DAS PESSOAS QUE FIZERAM ATENDIMENTO:

[illegible]

Hora de início:

Hora do fim dos serviços:

Observações:

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPÉ:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE C

MODELO DE RELATÓRIO DE VISTORIA – EXECUÇÃO

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

CONTRATO Nº: _____ CONTRATADA: _____

PRÉDIO OU INFRAESTRUTURA: _____ DATA: ____/____/____

Local na planta	Descrição do problema e extensão do dano: (Ex:cm)	Foto ref.
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. CONTRATADA

NOME:

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

ENCARTE D

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA –

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

Declaramos para efeitos do que consta no “**Item 6**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº54-2019**, que o representante da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, compareceu e efetuou vistoria na área onde será executado os serviços objeto do **PE** em epígrafe, tomando plena ciência da dimensão dos serviços e obras a serem efetuados pela licitante.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Identificação do Servidor da UFFS

Nome completo: _____

SIAPE: _____

Assinatura – Responsável UFFS

OU

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA –

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

EFETIVO CONHECIMENTO

Declaramos para efeitos do que consta no “**item 6**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº54-2019**, que o representante legal da empresa (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, tem plena ciência das dimensões e das dificuldades que se encontram nos locais de execução do serviço objeto do PE em epígrafe, declara também que o mesmo tem plena ciência da dimensão e da quantidade dos serviços a serem executados.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE E

**Estudos Preliminares conforme IN 05 / 2017 para contratação do serviço de:
Manutenção predial elétrica e de redes da UFFS.**

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES conforme anexo III da In 05:

Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 669/ 2015 - ANEEL - requisitos mínimos de manutenção e o monitoramento da manutenção de instalações de transmissão de rede básica

IN 010/DAT/CBMSC - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

IN 11 /DAT/CBMSC - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

IN 12 /DAT/CBMSC - SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO

IN 031/DAT/CBMSC – Plano de Emergência : Subseção IV - Programa de manutenção dos sistemas preventivos

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão - manutenção

NBR 14039 - Instalações elétricas de média tensão

Análise da contratação anterior, ou a série histórica, se houver, para identificar as inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência ou Projetos Básicos:

Os termos de referência, contratos, entregas e comunicações dos contratos anteriores foram avaliados do ponto de vista da adequação para a solução das demandas atuais. Os fatores mais relevantes para fracasso das licitações e contratos, foram a não inclusão de preços de

referência ajustados ao mercado de manutenção que é diferente do mercado construtor, onde a periculosidade não é calculada para mão de obra da base SINAPI (e-mail anexo). Licitações anteriores também não tiveram sucesso devido a falta de empresas cadastradas no comprasnet para participar da licitação ou com ausência de certidões positivas. Desta forma serão reforçadas as buscas por empresas habilitadas para o serviços.

Solução dada para fornecimento de materiais e equipamentos:

Considerando a inviabilidade de separar a mão de obra do fornecimento de material, outros contratos da administração pública foram observados e considera-se mais econômico que exista uma lista de materiais de reposição comprados diretamente pela instituição e que materiais utilizados nos serviços de manutenção e adequação das instalações tenham seus preços baseados em planilhas de referência como SINAPI, SICRO e outras fontes oficiais de preferência, viabilizando a fiscalização do contrato com fornecimento de peças.

Entrega de projeto executivo e manuais: Nos contratos anteriores existe um histórico de manutenções realizadas. Para a próxima contratação deverá ser entregue a atualização do programa de manutenção realizada pela contratante conforme detalhamento do objeto desta licitação considerando a vigência do contrato. Como em sua maioria os serviços são solicitados sob demanda, o projeto executivo dos serviços serão elaborados antes da execução dos mesmos e autorizados pelos gestores do contrato, através da entrega dos documentos-modelo do contrato.

1 - Necessidade da contratação:

Esta instituição não possui pessoal especializado para realizar a manutenção. Portanto, há necessidade de compra de peças e materiais para substituição e serviço de manutenção.

Características dos serviços:

Os serviços são considerados de engenharia segundo LEI Nº 5.194/1966.

Enquadramento como serviços comuns:

Sim, são serviços comuns que possuem mercado próprio.

Enquadramento como serviço continuado:

Sim, são necessários por mais de um exercício financeiro para garantia de condições dos prédios e da infraestrutura instalada, patrimônio da UFFS, uma vez que a interrupção ou a má prestação do serviço pode acarretar em falta de condições de uso para a instituição.

Enquadramento como dedicação exclusiva de mão de obra: Não, a demanda não requer dedicação exclusiva de funcionários terceirizados.

2 - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade se houver;

Plano de Ação SEO – 30: Manutenção predial do Plano Plurianual da UFFS.

3 - Requisitos da contratação:

Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada: a princípio não há.

Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não há.

Quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos:

Empresas envolvidas em contratações anteriores:

- Microcable servicos em telecomunicacoes e energia ltda - me
- Montebras montagens eletrônicas ltda
- Multiponto instalacoes eletricas ltda epp
- Sete construções ltda-me
- Tonin e busetto ltda
- Eletro instaladora getel ltda

Empresas de manutenção que participaram das últimas licitações cujo objeto continha as especificações semelhantes:

13.348.127/0001-48	ESB INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA - E	Erechim
05.204.807/0001-60	COMATELINS COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	Pananbi
18.361.726/0001-15	ISAIAS DE LIRA - SERVICOS ELETRICOS	Londrina
01.992.757/0001-71	EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME	Curitiba
13.168.343/0001-01	INFOCABLE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA LTDA - ME	Ibiporã
04.530.529/0001-78	ENGECAMP ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EP	curitiba
09.308.755/0001-22	DERC MANUTENCOES & CIA LTDA - ME	foz do jordão
03.814.774/0001-44	CANADENSE - ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - EPP	Florianópolis
02.891.176/0001-06	N&G - GESTAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - ME	Curitiba
07.912.874/0001-64	ARPREL - PROJETOS E MONTAGENS ELETRICAS LTDA.	Ponta grossa
89.044.150/0001-00	CORFAP ENGENHARIA ELETRICA LTDA	Santa maria
12.059.222/0001-69	RUBI CONSTRUTORA LTDA	pinhais - pr
21.318.535/0001-85	PINHEIRINHO SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	crisciuma
08.533.925/0001-00	SETE CONSTRUCOES LTDA - EPP	santo angelo
16.491.457/0001-86	PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR EIRELI	santo angelo
18.061.629/0001-07	CASQUEIRO E PADIA CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA	Santa maria
09.249.662/0001-74	PINHEIRINHO AUTOMACAO E SEGURANCA LTDA - ME	crisciúma
01.624.826/0001-94	EXTRALIMP SERVICOS INTEGRADOS LTDA	ponta grossa
27.884.847/0001-32	BENEDITO VALDECI PARISE 44362838015	são gabriel
03.752.709/0001-31	MILENIUM NEGOCIOS INTERNACIONAIS LTDA	santa cruz
05.135.406/0001-03	EMERSON J CARDOSO & CIA LTDA	cascavel

Outras empresas que participaram de licitações do ramo:

11.796.575/0001-89	MICHEL FAVRETO PETYK & CIA LTDA - EPP	PASSO FUNDO
18.634.728/0001-30	WAGNER A. FASSBINDER - ME	CONCORDIA
16.814.596/0001-01	TONATTO LORENSI & CIA LTDA - EPP	SANTA MARIA
07.065.479/0001-93	DIMORVAN DAVI MENEGUSSO - EPP	Palmas
05.118.585/0001-62	JLN MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	CONCORDIA
01.844.572/0001-10	CHICO GERADORES LTDA - ME	CHAPECO
80.957.707/0001-20	ELETRO REFRIGERACAO BONATTO LTDA - ME	CONCORDIA
05.121.961/0001-78	SILVEIRA & ZIQUINATTI LTDA - ME	SANTO ANTONIO DAS MISSOES
10.495.635/0001-60	ROSALINO & ROSALINO LTDA - ME	SANTA MARIA
88.442.553/0001-45	UNIFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA - ME	ERECHIM
08.117.833/0001-49	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	CRUZ ALTA
11.151.576/0001-76	DIEGO BORTOLI - ME	SANTA MARIA
04.075.873/0001-14	PAULO RENATO DA CUNHA NUNES - ME	SANTO ANGELO
72.207.962/0001-27	TESSELE & TESSELE LTDA - ME	SANTA MARIA
10.624.384/0001-77	FELIPE KROTH COSSETIN - ME	IJUI
08.606.517/0001-30	FARITEL TELECOMUNICACOES LTDA - ME	ERECHIM
11.197.873/0001-52	CELIBI SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME	IBIRUBA
91.358.788/0001-68	FOCO-ENGENHARIA ELETRICA E COMERCIO LTDA - EPP	SANTA ROSA
14.140.574/0001-70	MACRO ENERGIA LTDA - ME	PASSO FUNDO
17.833.996/0001-19	CRISTO CONSTRUCOES LTDA - ME	SANTA MARIA
18.167.727/0001-23	FABIANA MARIA STEFFLER SCHNORRENBERGER 01036067009	CERRO LARGO
07.418.211/0001-98	FABIO CRESTANI - ME	GUARAPUAVA
78.519.477/0001-75	ELETRO MOTORES NELA LTDA - ME	CONCORDIA
80.156.326/0001-41	CBA INFORMATICA LTDA	CHAPECO
93.082.725/0001-57	JOAO CARLOS RAVANELLO & CIA LTDA - EPP	SANTA MARIA
00.820.150/0001-41	INSTALL INSTALADORA ELETRICA EIRELI - ME	FREDERICO WESTPHALEN
12.625.111/0001-72	GASTAO OLISSES NASCIMENTO - ME	CASCADEL
18.854.625/0001-86	NUNEZ FARIAS & CIA LTDA - ME	SANTO ANGELO
14.140.574/0001-70	MACRO ENERGIA LTDA - ME	PASSO FUNDO
08.117.833/0001-49	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	CRUZ ALTA
07.721.203/0001-16	JRM INSTALACOES EIRELI	Araucária /
12.496.490/0001-48	QUARK ENGENHARIA EIRELI	Joinville
05.795.238/0001-74	MULTIPONTO INSTALACOES ELETRICAS LTDA	Chapecó
02.586.175/0001-58	PROENERG ENGENHARIA LTDA	Cascavel

4 - Estimativas das quantidades:

Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades:

Foram avaliados os valores investidos em cada *campus* para infraestrutura de redes elétricas e elétrica pertencente as edificações. Foi realizado um levantamento d

Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão:

Para materiais e equipamentos que estejam fora da lista serão considerados preços de referencia quando existirem ou a adoção de três orçamentos, esta prática já é comum em outros processos de contratação de manutenção de outras instituições, uma vez que a indisponibilidade do funcionamento do sistema interrompe as atividades no prédio por falta de condições de trabalho.

Memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

- Tabela de investimento x *campus*
- Tabela das áreas construídas nos campi da UFFS
- Tabela de previsão de gastos por *campus*

5 - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar:

Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração:

Foram considerados os termos de referências e atas de pregões utilizados na avaliação dos custos, quantidades e fornecedores nos quais a equipe de planejamento teve como referência para incluir cláusulas de obrigações da contratada e contratante que melhorassem a qualidade do contrato. Foram encontrados pregões de manutenção corretiva em sua maioria e fornecimento de peças, no entanto a solução que mais se aproxima das necessidades foram os pregões que visam atender a demanda em um único contrato de manutenção corretiva e preventiva que incluía as manutenções corretivas e substituição de peças uma vez que o total previsto para estas aquisições ultrapassa os valores para dispensas de licitação e parcelamento das despesas.

Ao avaliar o mercado considera-se que foram enumeradas anteriormente uma lista de fornecedores de várias regiões que pudessem prestar serviços de manutenção à Universidade, principalmente aqueles que estão cadastrados no site de compras governamentais.

6 - Estimativas de preços ou preços referenciais:

Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais:

Foram avaliados os valores de reposição das instalações para calcular preços máximos dos contratos de manutenção.

Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais de manutenção preventiva e os documentos que lhe dão suporte:

- Tabela de previsão de gastos por *campus*

7 - Descrição da solução como um todo:

Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/ contratados /executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração:

Trata-se de serviço de manutenção elétrica predial que contempla todos os serviços de manutenção não licitados até o momento e a recontração dos serviços cujas empresas declinaram em renovar contratos por defasagem nos preços.

Os serviços devem ser prestados a partir de uma vistoria de levantamento de demandas que deve ser registrado junto ao contrato, onde a equipe de trabalho inicial é composta de um fiscal do contrato e um preposto da contratada que farão a vistoria e levantamento das demandas em cada *campus*. A equipe de trabalho que fará os reparos deverá ser definida na planilha de medição dos serviços elaborada pelo fiscal, previamente acordada com o preposto.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Considerar as atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados:

A qualidade da prestação dos serviços é proporcional a necessidade de refazer serviços não aprovados pelos fiscais do contrato por falta de qualidade e paralisações nos serviços que impossibilitem a comunidade acadêmica de utilizar os espaços. Desta forma um instrumento de medição da qualidade dos serviços pode ser o número de notificações à contratada em função destes requisitos.

Prever fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas: Fenômenos naturais e vandalismo.

Mecanismo que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento:

Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e quando necessário os equipamentos de proteção coletiva – EPC.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Alocar empregados em quantidade necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em sua proposta e ou inicialmente instalado;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

A medição dos serviços ocorrerá da seguinte maneira:

A medição dos serviços será feita com a verificação da realização de cada serviço pelo fiscal onde serão observados os padrões de qualidade dos materiais substituídos, iguais ao previamente instalado.

8 – Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto:

As demandas de manutenção predial estão parceladas de forma que empresas do ramo possam participar da licitação, buscando maior economicidade por não subcontratar os serviços. Também se justifica o parcelamento pela especialidade das tarefas e risco que o trabalho com eletricidade oferece.

As demandas que se demonstram mais simples são realizadas pelos terceirizados, postos já contratados pela instituição, ficando em contrato separado serviços específicos e menos frequentes que demandam equipamentos e materiais específicos.

9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Considera-se que ao final do planejamento esta contratação complementa as necessidades de conservação e manutenção predial que não são realizadas pelas equipes permanentes dos contratos de conservação nos campi.

10 - Providências para adequação do ambiente do órgão;

Não há.

11 - Contratação correlatas e/ou interdependentes

Não há.

12 - Declaração da viabilidade da contratação:

Existência de mercado que atenda a solução adotada: Há mercado que atenda de maneira satisfatória.

Existência de recursos para pagamento: Sim, Plano de ação SEO 30.

Existência de fornecedores com certidões negativas aptos a prestar serviços: Sim.

Necessidade de adequação ao ambiente: Não há.

Necessidade da contratação versus interesse institucional: É de interesse da instituição que o sistema instalado funcione adequadamente.

Viabilidade técnica, considerando condições ambientais e exigência de órgãos fiscalizadores: Há viabilidade técnica para a contratação e nenhuma exigência ambiental ou dos órgão fiscalizadores é impedimento conhecido para a contratação dos serviços.

C) NO CASO DOS SERVIÇOS ENQUADRADOS NA IN 05/2017, SERÁ NECESSÁRIOS O ENVIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS :

- Anexo II da IN 05/2017 -(via física);
- Cópia da Portaria de designação da Equipe de Planejamento da Contratação ;
- Mapa de Riscos;
- Memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte ao planejamento da contratação (quando houver);
- Atas das reuniões da Equipe de Planejamento- (se houverem).

MAPA DE RISCOS – Manutenção elétrica predial e de redes da UFFS

Fase da análise:

- (x) Planejamento da contratação: Estudo preliminar
- (x) Planejamento da contratação: Elaboração do projeto básico
- () Seleção do fornecedor
- () Gestão do contrato:
 - () Repactuação - apostilamento
 - () Prorrogação com repactuação - aditamento

Observações da SEO para preenchimento:

Art.25 da IN 05/2017 - MPOG: III - Riscos considerados inaceitáveis devem ter ação preventiva para reduzir a probabilidade de ocorrência

Art.25 da IN 05/2017 - MPOG: IV - Riscos com ação preventiva que continuem inaceitáveis em caso de ocorrência devem possuir ação de contingência.

NÚMERO DE RISCOS MARCADOS DE ALTO IMPÁCTO NESTA AVALIAÇÃO:

Riscos que possam comprometer o planejamento:

1. Risco	Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações.
-----------------	---

Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.	
Ação preventiva: Separar as demandas por área de atuação das empresas para definir os lotes da contratação.	Responsável:
A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: <u>1) É tecnicamente viável dividir a solução?</u> <u>2) É economicamente viável dividir a solução?</u> <u>3) Não há perda de escala ao dividir a solução?</u> <u>4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?</u>	Equipe de planejamento
Ação de contingência:	Responsável:

2 . Risco	Não planejar a contratação da solução como um todo
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Aquisição de somente parte da solução, inviabilizando a solução da demanda.	
Ação preventiva : Levar em consideração as demandas vindas do <i>campus</i> além do resultado das vistorias.	Responsável:
A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação.	Equipe de planejamento
Ação de contingência:	Responsável:

Riscos que possam comprometer a seleção do fornecedor:

1 . Risco	Usar o método de parcelamento do objeto inadequado
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: levar a licitação a não integração das partes da solução, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação ou a necessidade de realizar nova contratação para integração das partes da solução.	
Ação preventiva : Indicar quais itens podem ser subcontratados em cada lote.	Responsável:
Considerar as 4 alternativas no planejamento: <u>a) realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);</u> <u>b) realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal) ;</u> <u>c) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material) ;</u> <u>d) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora</u>	Equipe de planejamento

subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material) ;	
Ação de contingência:	Responsável:

2 . Risco	Falta de propostas vindas de empresas da região
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Fracasso da licitação	
Ação preventiva : Entrar em contato com as empresas avisando da publicação da licitação a tempo de fazer o cadastro no comprasnet	Responsável: Superintendência de compras
Ação de contingência: agentes de compras procuram empresas na região	Responsável: Agentes de compras

Riscos que possam comprometer a gestão contratual:

1 . Risco	Acréscimo nos custos do contrato por melhorias que estejam fora do escopo
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: Intenção da contratada de não renovar por aumento dos custos.	
Ação preventiva: Recomendar composições de preços a serem utilizadas para pagamento dos serviços.	Responsável:
Ação de contingência: Indicar que a atualização da planilha SINAPI é a forma de atualização dos preços do contrato e o valor global do contrato deve ser o índice de custos da construção civil : INCC	Responsável:

1 . Risco	FALTA DE CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO POR AUMENTO NOS CUSTOS	
Ação preventiva: Inclusão da declaração de capacidade operacional da contratada na proposta	Responsável: Equipe de planejamento.
Ação de contingência: Inclusão de sanções cabíveis nos contratos.	Responsável: Superintendência administrativa.

Riscos que possam comprometer o alcance dos resultados ou atendam as necessidades da contratação:

1 . Risco Inexistência de avaliação da necessidade de adequação da organização	
Probabilidade: () Baixa () Média (x) Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Desconsideração dos custos para adequação na avaliação da escolha da solução a contratar, com consequente escolha da solução que não é a mais vantajosa para a Administração e que inviabiliza a entrega do serviço ou material.	
Ação preventiva : Este contrata contratação supre as necessidades de adequação predial da instituição, necessária para a instalação de equipamentos que demandem adequação dos locais como laboratórios didáticos por exemplo.	Responsável:
Avaliar a necessidade de mudança para viabilizar a utilização da solução, que incluem diversos aspectos, como: . Infraestrutura tecnológica; . Infraestrutura elétrica; . Infraestrutura de ar-condicionado; . Espaço físico; . Estrutura organizacional; . Acesso a sistemas de informação; . Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente da organização; Capacitação de servidores que fiscalizarão o serviço ou mesmo usuários; . Impacto ambiental da implantação da solução; . Impacto na equipe da área especialista; . Impacto na equipe da área beneficiária; . Impacto na rotina dos usuários da solução; . Impacto de mudança de processos de trabalho da organização; . Impacto junto aos diversos interessados; . Outras providências necessárias para a implantação da solução; . Outras providências para lidar com as consequências da implantação da solução.	Equipe de planejamento
Ação de contingência:	Responsável:
Adoção da rotina a seguir: Caso seja necessária uma adequação física, a equipe de planejamento encaminha ao Setor de Projetos/SEO da Instituição, o pedido para planejar a adequação e tornar possível a inclusão dos custos na avaliação de viabilidade da contratação. Caso sejam necessárias outras adequações estas devem ser incluídas à solução como um todo ou incluídas no planejamento da instituição em tempo hábil para realização, como por exemplo, a capacitação ou mudança nos processos. Caso não seja possível determinar a inviabilidade da contratação e encerrar o estudo preliminar.	Equipe de planejamento

2 . Risco Demora no atendimento de emergências	
Probabilidade: () Baixa () Média (x) Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: Falta de condição de uso das salas e laboratórios por falta de energia elétrica ou iluminação a noite. Exposição de usuário a risco de choque e interrupção provisória das atividades da instituição.	
Ação preventiva: Limitar abrangência do deslocamento da contratada.	Responsável: Equipe de

	planejamento
Ação de contingência: Inserir condições de prestação dos serviços com base na IN05/2017, no qual exige matriz ou filial no local da prestação de serviços.	Responsável: Equipe de planejamento

2 . Risco	Falta de definições em relação à abrangência dos serviços ou formas de pagamento para este tipo de contrato.
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Contratações paralelas para serviços não incluídos ou aumento dos custos do contrato não avaliados na proposta.	
Ação preventiva : Descrever procedimento de execução do contrato.	Responsável: Equipe de planejamento.
Ação de contingência:	Responsável:

Responsável: Scheyla M Cardinal
<div style="text-align: center;"> <hr style="width: 20%; margin: 20px auto;"/> </div>

ENCARTE F

MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL											
SETOR/EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO											
campus											
MANUTENÇÃO xxx CT xxxxx – TOTAL DO CONTRATO R\$ xxxxxxxx											
ORÇAMENTO ANALÍTICO											
NÚMERO TOTAL DE LINHAS:										32	
TOTAL GERAL:										R\$ 2.574,14	
DESCONTO										0,00%	
BDI DA OBRA:										27,60%	
BDI DE EQUIP.:										0,00%	
ITEM	FORNE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM	
1			MOBILIZAÇÃO – deslocamento			SUBTOTAL	R\$ 516,01		R\$ 658,43	25,5786%	
1	1	C. SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	R\$ 32,09	R\$ 128,36	27,60%	R\$ 163,79	6,3628%	
1	2	C. SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHP DIURNO. AF. 11/2015	CHP	3,30	R\$ 117,47	R\$ 387,65	27,60%	R\$ 494,64	19,2158%	
			SUBTOTAL ITEM: MOBILIZAÇÃO – deslocamento				R\$ 516,01		R\$ 658,43	25,5786%	
2			EXECUÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%	
2	1		1 – TESTE – PMOC – SERVIÇO EM GERAL			SUBTOTAL	R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%	
2	1	1	Engenheiro eletricista MANUTENÇÃO com encargos complementares - eletricista	H	4,00	R\$ 74,80	R\$ 299,20	27,60%	R\$ 381,78	14,8313%	
2	1	2	Eletricista com encargos complementares + EPI + periculosidade + ferramentas	h	1,00	R\$ 35,64	R\$ 35,64	27,60%	R\$ 45,48	1,7668%	
2	1	3	Eletricista manutenção + encargos complementares + EPI + periculosidade + ferramentas	H	1,00	R\$ 33,95	R\$ 33,95	27,60%	R\$ 43,32	1,6829%	
2	1	4	Auxiliar de eletricista com encargos complementares + periculosidade + EPI + ferramentas	h	1,00	R\$ 24,41	R\$ 24,41	27,60%	R\$ 31,15	1,2100%	
2	1	5	Hora máquina - serviço de guindaste hidráulico até 60 ton.	H	1,00	R\$ 353,16	R\$ 353,16	27,60%	R\$ 450,63	17,5061%	
2	1	6	Caminhão com cesto aéreo isolado para troca de lâmpadas e trabalho em redes de baixa e média tensão	H	1,00	R\$ 129,66	R\$ 129,66	27,60%	R\$ 165,45	6,4272%	
			SUBTOTAL SUBITEM: 1 – TESTE – PMOC – SERVIÇO EM GERAL				R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%	
			SUBTOTAL ITEM: EXECUÇÃO				R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%	
3			DESMOBILIZAÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%	
3	1		1 – LIMPEZA DOS LOCAIS			SUBTOTAL	R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%	
3	1	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 15,47	R\$ 15,47	27,60%	R\$ 19,74	0,7668%	
3	1	2	ALUGUEL CAÇAMBA - 6M³ - ENTULHO	MÊS	1,00	R\$ 488,95	R\$ 488,95	27,60%	R\$ 623,90	24,2372%	
3	1	3	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M3	6,00	R\$ 20,15	R\$ 120,90	27,60%	R\$ 154,27	5,9930%	
			SUBTOTAL SUBITEM: LIMPEZA DOS LOCAIS				R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%	
			SUBTOTAL ITEM: DESMOBILIZAÇÃO				R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%	
			TOTAL GERAL				R\$ 2.017,35		R\$ 2.574,14	100,00%	

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO - REF. março/2019 PARANÁ

Os valores apresentados na tabela acima são meramente ilustrativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços e materiais efetivamente aplicados/fornecidos e a planilha de medição deve contemplar os critérios a seguir.

ENCARTE G

CRONOGRAMA – MODELO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

CONTRATO Nº: _____ CONTRATADA: _____

RELATÓRIO DE VISTORIA / DATA _____

ITEM DO ORÇAMENTO / VISTORIA	DESCRIÇÃO DO ITEM CONFORME ORÇAMENTO APROVADO PELO GESTOR	DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO DE FINAL DOS SERVIÇOS	Assinatura - Data de entrega para medição
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

DATA: ____/____/____

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. CONTRATADA

NOME:

ENCARTE H
MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

Contrato nº. xxxxx	Data Ordem de Serviço: xxxxxxx	
Contratada: xxxxxxxx		
Obra/Objeto: xxxxxxxxxxx		Data Relatório: xxxxxxxxxxx

1. SERVIÇOS FINALIZADOS:

Conforme:

- Medição dos serviços entregue pela CONTRATADA;
- A definição de que uma etapa será **considerada efetivamente concluída** quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade; Portanto itens pendentes não devem constar da medição/pagamento.
- Inspeção minuciosa realizada por parte desta fiscalização sobre os serviços executados;

Do termo de referência:

“A medição dos serviços será feita com a verificação da realização de cada serviço pelo fiscal onde serão observados os padrões de qualidade dos materiais substituídos, iguais ao previamente instalado.

Considera-se que as instalações/ sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.”

Declaramos recebido provisoriamente os serviços, que todos os testes de funcionamento, relativos à entrega de serviços foram realizados.

Em complementação a este relatório, segue em anexo as fotos de XXX a YYY relativas a execução dos itens a serem pagos.

() Documentação comprobatória de procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados na etapa, caso exista em anexo;

() Caso existam manuais e instruções de funcionamento a serem entregues, indicar localização ou anexos este documento: _____

1. Itens Pendentes:

() não há.

() Ao analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, verificamos as pendências a seguir, em relação a execução dos serviços, que a fiscalização encaminha para o gestor da obra, para as providências cabíveis:

1. Descrição da pendência – foto de referência.

Sem mais para o momento, a Fiscalização.

Chapecó, XX de XXXXXX de 201X

Fiscal técnico

Cargo

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

ENCARTE I

MODELO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO SETORIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2019 – REPUBLICAÇÃO DO PE Nº26/2019

Contrato nº. xxxxx	Data Ordem de Serviço: xxxxxxx	
Contratada: xxxxxxxx		
Obra/Objeto: xxxxxxxxxxx	Data Relatório: xxxxxxxxxxx	

1. Considerando o exposto neste documento e em conjunto com o relatório técnico do fiscal, de data XXXXX, **considera-se entregue provisoriamente os serviços referentes a medição dos serviços.**

2.

3. Consulta SICAF para manutenção das condições de habilitação:

() certidões negativas em anexo – relatório de resumo de negativas do SICAF,

() comunicação com a empresa sobre a necessidade de entrega da documentação em anexo;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado no **Setor de Contratos** até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

(Fonte : termo de referência para serviços comuns de engenharia da AGU-2019)

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

(Fonte: Termo de referência padrão AGU – 2019 para serviços comuns de engenharia)

ENCARTE J

MODELO DE DECLARAÇÃO - CAPACIDADE OPERACIONAL

Para efeito de qualificação operacional, declaramos que esta empresa atende um dos seguintes requisitos:

() está situada em um raio de no máximo 280 km do campus pretendido, desconsiderando 30 minutos do total de 4 horas como tempo de mobilização da equipe e um deslocamento de 80Km/h.

() comprovará, no prazo de 60 dias da contratação, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 km do campus pretendido.

() demonstrará, no prazo de 60 dias da contratação, possuir equipe própria na região por meio da apresentação da carteira de trabalho e comprovante de residência dos funcionários da equipe.

() Demonstrar capacidade operacional através de contrato com empresa de mesmo local do campus pretendido.

Esta empresa tem ciência de que a não comprovação da capacidade operacional na data prevista é considerada passível de sanção administrativa pela não manutenção da proposta e fraude ao caráter competitivo da licitação.

(Nome completo e CPF do Responsável da Empresa)

ENCARTE K

MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo de Licitação nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregão XXXXXXXXXXXXX

Contrato nº XXXXXXXX

A Secretaria Especial de Obras – SEO/UFS, pelo presente Termo de Recebimento Definitivo, dá por aceito todos os serviços apresentados no relatório técnico encaminhado pela fiscalização do campus que recebe provisoriamente os serviços executados pela empresa contratada.

Também não fora apresentado qualquer impedimento para encaminhamento do pagamento dos serviços segundo relatório circunstanciado da fiscalização administrativa/setorial.

Este ato não exime a contratada da responsabilidade de reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Ficam assegurados os direitos da contratante quanto à boa execução, tudo amparado nas normas, código civil, especialmente as responsabilidades decorrentes da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART's dos serviços, de cada um dos profissionais e da empresa envolvida.

1. **Objeto:** XXXXXXXXXXXXXXXX

2. **Empresa:** XXXXXXXXXXXXXXXX

3. **Valor do Contrato:** XXXXXXXX

4. **Prazos Previstos:**

- Vigência contratual:
- Prazo Execução acordado com a fiscalização:

1. **Qualidade dos Serviços:**

- Os serviços foram recebidos provisoriamente em 24/02/2017, e de acordo com os relatórios circunstanciados para recebimento provisório, verificou-se ausência de pendências a serem solucionadas para o recebimento definitivo.
- A empresa teve um bom atendimento e desempenho, executando a obra com boa qualidade.
- Os serviços foram executados obedecendo às normas em vigor e em cumprimento integral ao contrato.

A Secretaria Especial de Obras da UFS, nos termos do Art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93, **declara recebido definitivamente** os serviços. Fica autorizada a emissão da nota fiscal no valor de R\$XXXXXXX referente a medição de nº XX encaminhada pela fiscalização.

Chapecó/SC, XX de YYY de ZZ.

GESTOR DO CONTRATO

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.ufes.edu.br

ENCARTE L

MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

CONTRATO Nº:	VIGÊNCIA DO CONTRATO:
OBJETO DO CONTRATO:	
CONTRATADA:	
CONTRATANTE: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, neste ato representada pela Equipe de Fiscalização do referido contrato, nomeada pela Portaria nº <XXXX/PROAD/UFFS/XXXX>.	

Termos

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, **exceto** as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
- <inserir pendências, se houver>.

Ainda, faço constar que todos os saldos de empenho relativos a este contrato podem ser zerados e/ou anulados.

(Observação para os FISCAIS: Incluir a informação acima após cientificar-se que TODAS as notas fiscais foram pagas).

E assim tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

Gestor	Fiscal
--------	--------

<Nome>
Siape: <Matr.>

<Nome>
Siape: <Matr.>

_____, _____ de _____ de 20____.